

## EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: ALTERNATIVAS CONTRA-HEGEMÔNICAS NA LUTA PELA DEMOCRACIA<sup>1</sup>

Magdalânia Cauby França<sup>2</sup>

### RESUMO

Em tempos de crise social, política e econômica que assola o Brasil e vários países, torna-se um desafio buscar meios de enfrentamento e defesa da democracia. A afirmação da diversidade emerge como uma reivindicação de luta por justiça e inclusão social no contexto historicamente marcado por uma colonização eurocêntrica e neoliberal que continuamente inviabiliza outras possibilidades de expressão. Discorre sobre os desafios de educar em diversidade na contemporaneidade a partir das teorias contra hegemônicas que reiteram as diferenças, a interculturalidade, a emancipação popular e os direitos humanos. Pondera que a viabilidade de uma educação emancipadora é indissociável da luta pela construção de uma sociedade democrática.

**Palavras-chave:** Diversidade. Emancipação. Educação em Direitos Humanos.

### O desafio de educar para a diversidade na contemporaneidade

Em tempos de crise social, política e econômica que assola o Brasil e vários países, torna-se um desafio buscar meios de enfrentamento e defesa da democracia. Se por um lado tem-se o discurso do triunfo da igualdade legitimando a reivindicação de oportunidades para todos, por outro se acentuam outras desigualdades criadas pelo neoliberalismo. Dubet (2005, p.25) afirma que “Nunca o confronto entre a afirmação da igualdade dos indivíduos e as múltiplas desigualdades que fracionam as situações e as relações sociais foi tão violento e tão ameaçador para o sujeito.”

Os estudos na área de diversidade sugerem que para a superação dessas contradições da contemporaneidade torna-se imprescindível o desenvolvimento de teorias e práticas que respeitem às diversidades a partir do reconhecimento das diferenças como construções inalienáveis das identidades dos sujeitos tendo como referência o acesso e aplicação dos direitos humanos visando a emancipação humana. Santos (2007) defende a reinvenção da emancipação, pelo respeito às diferenças e garantia da igualdade de direito por meio de práticas democráticas contra hegemônicas que construam outra racionalidade.

Para uma educação emancipadora faz-se necessário reconhecer a diversidade decorrente de construção histórica, social e cultural das diferenças, intrínseca ao público,

<sup>1</sup> Projeto de pesquisa e extensão.

<sup>2</sup> Professora. Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

aos tempos e espaços de formação. Assim, a prática educativa se caracteriza pela relação entre culturas, e histórias de vidas permeadas de conflitos. Nessa correlação há o predomínio da cultura hegemônica em detrimento da cultura popular construída nas experiências de vida dos educandos, por não serem reconhecidos como sujeitos produtores de conhecimento. O desafio da educação é contemplar o direito de ser de cada coletivo superando o risco da imposição da cultura dominante como única alternativa de desenvolvimento humano.

A afirmação das diferenças aparece como uma reivindicação de luta por justiça social no cenário político e social da América Latina historicamente marcada por uma colonização eurocêntrica que para exercer o seu domínio dizimou os povos nativos e inviabilizou suas culturas, saberes e outras possibilidades de expressão.

Vera Candau (2011) parte do pressuposto que apesar do fim do colonialismo na América Latina, a colonialidade sobrevive nas estruturas subjetivas, no imaginário e na produção cultural que se manifesta nas vivências cotidianas das pessoas. A ideologia do colonialismo permanece na naturalização da cultura do invasor, na subalternização do não europeu. Emite crítica contundente às ciências humanas por invenção de teorias que justificaram o poder do colonizador embasada na ideia de progresso colocando o Europeu como superior, civilizado e os outros povos como primitivos.

Para além da colonialidade do ser, do poder e do saber, o grupo estabelece outras categorias para a desconstrução do modelo eurocêntrico, enfatizando a diferença decolonial que busca deslocar o foco da produção dos conhecimentos para a perspectiva dos outros, os subalternizados. A interculturalidade é compreendida como um projeto de transformação estrutural e sócio histórica por fomentar a criticidade e dialogicidade entre as produções epistemológicas dos subalternizados e dos ocidentais.

Seguindo o pensamento decolonial, o currículo para a diversidade converge com as teorias crítica e pós-crítica, segundo Silva (2007), se constitui espaço de construção social permeado de lutas em torno das questões de poder, saber e identidade.

Nilma Lino Gomes (2007), discorre sobre concepções de diversidade, compreendendo-a como construção histórica, cultural e social das diferenças. Evidencia as

principais questões que emergem da prática pedagógica dos professores e sua relação entre diversidade e currículo.

A inclusão oficial da temática sobre a diversidade na formação de professores é recente e emergiu de demanda posta pela complexidade contemporânea da vida social na perspectiva de fomentar uma educação voltada para o respeito aos direitos de todas as pessoas. Como indica Monteiro (2014, p. 17):

Assim, o que se espera das Instituições de Educação Superior (IES) é que os direitos humanos sejam trabalhados como eixo norteador de todas as ações. Entendemos que essa construção, só é possível em uma sociedade organizada democraticamente, com a participação de todas as camadas sociais, e na produção de um desenvolvimento econômico, científico e cultural que contribua para garantir a dignidade das pessoas, enquanto sujeitos de direitos e de responsabilidades.

Nesse debate profícuo de paradigmas contra hegemônicos na educação, precisamos revigorar o legado do movimento de educação popular e as obras de Paulo Freire para a compreensão e construção de uma educação intercultural por centralizar a dimensão cultural nos processos educacionais, ressaltando a dialogicidade como condição para a transformação social.

A educação libertadora de Paulo Freire define algumas categorias geradoras como: oprimidos, cultura, dialogicidade, autonomia que convergem com as concepções de interculturalidade. Ambas posicionam os oprimidos, discriminados socialmente no centro da discussão como os sujeitos do processo de formação humana e transformação social. Utilizam como ponto de partida a realidade concreta de opressão dos sujeitos, a tomada de consciência crítica e a busca da emancipação humana. Freire (2005, p. 33) afirma que a o processo de libertação deva partir dos oprimidos: “E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealisticamente opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos.”



**Secretaria Executiva do FNPE**

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763  
[www.fnpe.com.br](http://www.fnpe.com.br) / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>

## Considerações finais

Portanto, propor uma educação em diversidade nesse contexto de acirramento do neoliberalismo pressupõe embates teóricos contra hegemônicos que fomentem a emancipação dos coletivos e a transformação social.

Nesse processo de luta pela democratização a educação assume um papel fundamental, posto que os seres humanos sejam sujeitos históricos, portanto estão em contínuo processo de mudança. Toda educação tem uma intencionalidade, se constitui em ação política e assim sendo a educação tem o poder de transformação social, porém ela sozinha não muda o mundo, precisa contar com outras organizações e instituições para a construção da sociedade democrática.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANDAU, V. M. (Org). Diferenças culturais e educação: construindo caminhos. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011.

\_\_\_\_\_, V. (Org.) Educação em Direitos Humanos. São Paulo: Cortez, 2013.

DUBET, F. As desigualdades multiplicadas. In: Educação como exercício de diversidade. Brasília: UNESCO, MEC, Anped, 2005.

FREIRE, P. R. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GOMES, N. L. Indagações sobre currículo: diversidade e currículo. Brasília: MEC, 2007.

MONTEIRO, A. M. S. (org.) Educação superior: Espaço de formação em Direitos Humanos. São Paulo: Cortez, 2014.

SANTOS, B. S. Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

SILVA, T. T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.